



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E OS FÓRUMS DE ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO

Carlúcia Maria Silva (Universidade do Estado de Minas Gerais) - carlucia.maria@gmail.com

Bacharel em Direito e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, secretária do Instituto de Pesquisa, Promoção e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania e professora na UEMG/CBH.

A Economia Popular Solidária na Região Metropolitana de Belo Horizonte e os fóruns de organização, mobilização e articulação

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um olhar sobre a economia popular solidária na RMBH a partir da percepção de lideranças atuantes em fóruns de organização, mobilização e articulação entrevistados, ou seja, representantes de fóruns de economia popular solidária na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Objetiva, também, compreender o papel destes agentes mediadores na implementação das iniciativas de economia popular solidária na RMBH.

Compreender e identificar a complexidade da Economia Popular Solidária na RMBH, bem como seus aspectos conjunturais, estruturais, organização e desenvolvimento das experiências analisadas foi o fio condutor da análise desta pesquisa de campo. Nesse sentido as entrevistas semi-estruturadas realizadas com os agentes mediadores foram de fundamental importância, pois possibilitaram compreender a concepção desses atores frente às possibilidades e limites da Economia Popular Solidária na RMBH. A observação participante em reuniões, seminários e feiras foi também um importante instrumento de análise para a coleta dos dados. Participaram da pesquisa: representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Mineiro de Economia Solidária (FMES) e Fórum de Economia Popular Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte (FEPS/RMBH, gestores públicos e entidades de apoio e fomento.²

2 O Século XX e as grandes transformações no Mundo do Trabalho

As transformações ocorridas no mundo do trabalho no final do século XX possibilitaram o aumento do poder econômico de camadas privilegiadas e simultaneamente, novos sistemas alternativos de produção e controle do trabalho. Neste cenário, aprofundam-se as desigualdades sociais e processos de exclusão. Harvey (1989) e Santos (1995) em seus estudos demonstram que nos países periféricos, frente à nova ordem econômica neoliberal, as condições sociais eram mais precárias e com mais intensidade se agravaram.

O trabalho, na sua configuração moderna de trabalho assalariado, tinha um papel importante e estruturante no que se refere à inserção dos indivíduos na sociedade. Sendo a matriz de uma condição social estável, possibilitava direitos e garantias que assegurados pelo Estado de Bem-Estar Social, protegiam os trabalhadores de riscos sociais tais como a

doença, a velhice e o desemprego. Essa condição social estável marcou o chamado “regime de acumulação fordista” que permitia a transferência aos salários dos trabalhadores parte dos ganhos de produtividade, possibilitando uma progressão do poder aquisitivo daquela mão-de-obra e o Estado de Bem-Estar Social. Um compromisso social entre capital e trabalho que dava sustentação ao crescimento econômico dos países desenvolvidos e “assegurava um mínimo de consumo, mesmo em situação de ruptura com o vínculo de emprego”. (FERREIRA; BERTUCCI, 2005, p.7).

Nos anos 1970, com o esgotamento do regime de acumulação fordista, o sistema econômico mundial entra em crise. Um lento processo de deterioração da condição salarial e uma macroeconomia marcada pela hegemonia de políticas de corte neoliberal provocaram o desemprego em massa e a precarização das relações de trabalho e emprego, situação que se agravou com o avanço da globalização da economia, marcando a crescente hegemonia do capital financeiro internacional, subjugando o capital produtivo. O desemprego atingiu níveis preocupantes e, em consequência, o trabalho precário e a informalidade. A globalização e a financeirização do capital marcaram um novo regime de acumulação capitalista em âmbito mundial.

Essa situação afetou profundamente os trabalhadores. Os sistemas de proteção social do trabalho e dos trabalhadores, construídos e garantidos nos Estados Nacionais, se fragilizam e, nesta crise, os Estados Nacionais também foram atingidos. (FERREIRA; BERTUCCI, 2005, p.8). Além disto, as mudanças tecnológicas e organizacionais procedentes da reestruturação produtiva flexibilizaram o mercado de trabalho e o próprio trabalho. Disseminaram-se políticas e práticas que reforçaram a insegurança e a incerteza dos trabalhadores. Antes, o trabalhador era contratado por tempo indeterminado; agora, é substituído e visto simplesmente como um “prestador de serviços”, sem nenhum vínculo empregatício e nenhuma estabilidade na proteção social. Um trabalhador precarizado.

3 O fenômeno urbano: complexidades e contradições

As transformações econômicas e seus impactos marcam uma nova ordem socioespacial, e a estrutura urbana não afeta apenas a estrutura social de uma sociedade. Expressa também as desigualdades de oportunidades, tanto na localização residencial como no acesso aos recursos materiais, equipamentos, serviços urbanos e bem-estar social. Apresenta muitas vezes uma estrutura social e política dualizada e organização espacial fragmentada e segregada, que interferem no exercício da cidadania.

Com a Revolução Industrial, novas transformações ocorrem no processo de urbanização e a cidade industrial marca a entrada da produção no seio do espaço do poder. Além de manter o controle e a comercialização da produção do campo, a cidade passa

também a transformá-la e, nessa transformação, a extrema dependência do campo, antes isolado e autosuficiente, agora numa relação total de subordinação, inclusive de alimentos e bens de consumo básico. A indústria impõe à cidade a lógica da produção e do consumo. O espaço da cidade torna-se o lugar do excedente econômico, do poder coletivo, político, da festa e da cultura. Espaço privatizado e subordinado ao valor de troca. Lugar da reprodução coletiva da força do trabalho. E, nas grandes cidades industriais, a extensão das periferias e do proletariado. (MONTE-MOR, 2006, p.7). Espaço privilegiado de relações e reprodução social, cujo tecido urbano traz consigo o germe da *polis* e da *civitas*, cuja práxis urbana permeia todo o espaço social. Da *polis* vem o conceito de cidadão, cidadania, cidade, civilização, e os adjetivos urbano/rural dizem respeito a uma gama de relações socioeconômicas, espaciais e culturais, cuja fronteira entre o rural e o urbano é cada vez mais difusa e de difícil identificação. Campo e cidade tornam-se assim elementos socioespaciais opostos e complementares; representam diversidades e homogeneidades.

3.1 Pobreza e Exclusão: do que mesmo se trata?

No Brasil, estudos apontam que entre as décadas de 1940 – 1980, um grande contingente de pobres, motivados pelo modelo de desenvolvimento urbano, migrou para as cidades. Já nos anos 1940 essa população representava 32,2%, e até os anos 1960 a população urbana era menor que a população rural. Nos anos 1970, São Paulo e Rio de Janeiro concentravam respectivamente 15,63% e 13,23% da população urbana brasileira, e Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador evidenciavam o fenômeno da metropolização com 16,7%³. Nos anos 1980, porém, segundo Carvalho (2006), o Brasil tornou-se predominantemente urbano, tendo 67,6% de seus habitantes nos centros urbanos, percentual que chegou a 81,2% em 2000. A antiga sociedade agrária da metade do século XX se transformava em um país urbano industrial moderno, bastante desigual e excludente, atraindo expressivos contingentes populacionais movidos pela oportunidade de acesso a vários serviços, oportunidades de trabalho e ascensão social, sendo que prosperidade e pobreza caminhavam juntas.

No entanto, na reflexão da autora, a urbanização e o desenvolvimento brasileiro não asseguraram para o conjunto da população melhores condições de vida e de trabalho. As relações de contrato de trabalho eram precárias, os direitos sociais universais não eram universalizados e grande disponibilidade de mão de obra, que permitia um exército de reserva. Somavam-se a esses fatores os interesses do capital imobiliário e a conivência do Estado, incapaz de intervir nos conflitos entre capital e trabalho, bem como promover a regulação e redistribuição. Tais fatos contribuíram para a confirmação das cidades extremamente desiguais, com suas periferias desprovidas de serviços básicos, carentes de

infraestrutura e condições ocupacionais, ampliando a situação de pobreza, vulnerabilidade e degradação das condições de vida.

Estudos recentes analisam as transformações ocorridas e a intensificação da dualização social das metrópoles. Segundo Carvalho (2006), estas transformações têm produzido uma nova estrutura social marcada pela polarização entre as categorias superiores e categorias inferiores da hierarquia social, a concentração de renda e a redução da classe média, pois a nova economia urbana reforça as desigualdades existentes e contribui para que novas desigualdades surjam. Em decorrência desse modelo de desenvolvimento, crescem a economia informal, uma nova marginalidade urbana e os níveis de pobreza. Pobreza que não é apenas ausência de participação distributiva da riqueza, mas também apropriação dos meios de produção e exploração de força de trabalho de onde o trabalhador entra e sai desprovido, pois a ele lhe resta apenas sua força de trabalho. Para Silva (2006), não existe uma nova questão social na contemporaneidade, mas novas expressões da velha questão social. Daí que compreender o fenômeno da exclusão nos dias de hoje torna-se necessário ampliar nossa visão de mundo e identificar determinantes históricos que se fazem presentes.

Na América Latina esta realidade é mais gritante ainda, pois a exclusão social se apresenta como a face econômica do neoliberalismo globalizado, um verdadeiro “*apartheid social*” que divide grupos entre os “assimiláveis”, isto é, os empregáveis e os considerados “inempregáveis” devido à baixa qualificação que dispõem para o mercado de trabalho. Uma nova ordem social globalizada, decorrente da reestruturação produtiva, denominada por alguns autores como de “a nova exclusão” que condena um grande contingente da população economicamente ativa à marginalidade e marginalização.

Excluídos do mundo do trabalho, por ser considerado desnecessário economicamente e por outro, estigmatizado por viver em condições precárias e subumanas em relação aos padrões de sociabilidade, uma massa sobrando cada vez mais é expulsa do mercado de trabalho, cujo processo de desqualificação social desencadeia processos de inatividade e experiências vivenciadas na relação de assistência ocorridas durante as diferentes fases desse processo e dependência dos serviços sociais. Pobreza não somente enquanto carência ou privação, mas também enquanto necessidade de assistência, definida a partir de reações sociais provocadas por circunstâncias específicas, construídas socialmente pelo conjunto da sociedade. Um lumpen proletariado gerado pelo processo de acumulação, funcional ao sistema e nesta lógica, são passíveis de eliminação, pois são perigosos e ameaçadores. Por meio de prestação de serviços e a custos baixíssimos, este lumpen proletariado é transformado em mão de obra super explorada, objeto de ações sociais direcionadas na contenção de seus efeitos perversos e não na resolução da matriz geradora. Enquanto exército industrial de reserva, economicamente tornou-se um estorvo,

objeto de desconfiança, hostilidade, irritação e ameaça a uma categoria social, integrada no consumo e considerada como setor dinâmico da economia.

A sociedade exclui para incluir e a exclusão tem caráter ilusório. Uma condição desigual de ordem social. A dialética exclusão/inclusão gera subjetividades específicas de modo diferenciado que determinam e são determinadas. Segundo Sawaia (1999), é processo complexo e multifacetado onde são configuradas dimensões políticas relacionais e subjetivas. Processo dialético e sutil relacionado à inclusão e produto do sistema, cuja transformação em inclusão traz consigo também efeitos perversos, pois o excluído não está à margem, mas repõe e sustenta a ordem social. Exclusão que retrata processos de inclusão perversa, precária, instável e marginal, consequente de uma sociedade que tem por máxima o respeito incondicional ao mercado, que depois de incluir *desenraiza e brutaliza*, pois tal modo de vida compromete sua condição humana, dignidade e cidadania tanto do ponto de vista moral, quanto político.

Para Oliveira (1997), o conceito de exclusão tem uma razão teórica, mas, sobretudo ética e política, pois nos interpela sobre a natureza da polis construída nos pilares da competitividade que exige a exclusão de alguns e o privilegiamento de outros. Uma lógica em que a massa sobrança é transformada em “descartáveis”, que privilegia a individuação do social e endeusamento individual. E assim, numa visão individualista, não consegue compreender nem explicar as irracionalidades globais. Guareschi (1999) compara a um novo tipo de guerra, que provoca reações egocêntricas entre as pessoas; uma indiferença antissolidária que sustenta exclusões e genocídios planejados. Reações como consequência de uma ética individualista que impede de conceber responsabilidades e ações coletivas em escala planetária.

O debate sobre a exclusão tem demonstrado ser este tema pouco preciso e ambíguo do ponto de vista ideológico, permitindo, inclusive usos retóricos de diferentes qualidades; fruto da complexidade e contraditoriedade constitutivos de processos de inclusão social e de análises sociais com enfoque apenas no econômico-social. Se olharmos o fenômeno da exclusão do ponto de vista epistemológico, é um fenômeno tão vasto que é quase impossível delimitá-lo. Além da exclusão física, geográfica, material e espiritual, por meio dos quais seus valores não são reconhecidos, há também uma exclusão cultural. Uma naturalização de formas discriminatórias e geradoras de processos de exclusão. A abordagem sobre o tema da exclusão exige precisar o espaço e o lugar da análise ao qual o fenômeno se refere.

Nos anos 80, a emergência do desemprego e precarização das relações de trabalho, advindas com a crise do novo processo produtivo traz uma nova abordagem no conceito de precariedade, pobreza e exclusão. A nova pobreza aqui é caracterizada pela expulsão do

mercado de trabalho, incluindo os jovens. Excluídos não residuais ou temporários. Um crescente contingente populacional sem lugar no mercado de trabalho.

No Brasil estudos apontam diferentes causas de pobreza e exclusão social: uma matriz escravista que perpassa o passado e se mantém no presente de modos variáveis, acarretando discriminação socioeconômica, política e étnica. Um processo de exclusão que leva à vivência de privação, abandono e expulsão. Não se trata apenas de um processo individual, mas uma lógica presente nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas, que atinge uma coletividade e cuja situação de privação coletiva reforça a discriminação, a subalternidade, a não equidade, não acessibilidade e não representação pública. Pobreza e exclusão que não são sinônimos, mas se articulam. Um fenômeno multidimensional, que na contemporaneidade atinge tanto os clássicos pobres quanto a novos segmentos de pauperizados, precariamente inseridos no mercado de trabalho. Pobreza não apenas ausência de renda, mas também ausência de acesso aos serviços públicos, privação do poder, de não representação e que de certa forma esbarra no desafio da democracia.

A estigmatização da pobreza funciona por meio da lógica que transforma direitos em concessões reforçando assim processos de exclusão, a cultura da tutela e do apadrinhamento. E assim, a exclusão e subalternização dos beneficiários das políticas públicas são ratificadas, os serviços e políticas públicas são apresentados como favor e benevolência das elites dominantes.

Bronzo (2007), referindo-se aos estudos relacionados à pobreza e políticas para seu enfrentamento, enfatiza que a temática do território tem adquirido um caráter central enquanto reconhecimento da heterogeneidade da pobreza e suas diversas formas de manifestações. Territorialidade enquanto categoria analítica tanto para a compreensão da pobreza e seus processos de reprodução, como também nos processos e dinâmicas na reversão dessa condição. Pobreza, que de modos diversificados manifesta, a partir da territorialidade, múltiplos vetores de exclusão que se articulam, interagem e reproduzem processos de exclusão. Pobreza e exclusão geograficamente concentrados onde a vulnerabilidade é cumulativamente territorial. Segregados, os pobres moradores nestas áreas apresentam piores condições de vida e menores chances de superação da vulnerabilidade. Uma pobreza territorialmente localizada tornando-se simultaneamente parte do problema e parte de sua solução. (BRONZO, 2007, p.51; 100).

4 Economia Popular Solidária na RMBH e os Fóruns enquanto espaços de organização, mobilização e articulação

No enfrentamento da pobreza o urbano e o social são articulados. Exige um conjunto importante de ativos favoráveis ou fatores/condições protetoras contra a pobreza, ou seja,

acesso a bens e serviços públicos de qualidade, redes de serviços que de fato constituam proteção social, cidadania; que potencialize a organização social e o reconhecimento.

Segundo Silva (2000), as condições de auto-realizações dos indivíduos dependem de relações intersubjetivas de reconhecimento mútuo, que perpassam pelas relações primárias, como o amor e a amizade, relações legais universais, na perspectiva de direitos e solidariedade, enquanto comunidade de valores compartilhados. Tais relações são construídas e mantidas nas lutas sociais, que na verdade não se trata de conflitos de interesse, mas busca de reconhecimento, fundamentado no ideal de justiça. Lutas por reconhecimento motivadas por formas de desrespeito, negação de direitos, exclusão, que além de ser uma ameaça à dignidade é também ameaça à integridade física e social. E na medida em que tais experiências negativas saiam do âmbito individual e passam a expressar uma experiência coletiva compartilhada emerge aí o potencial para uma ação coletiva em vistas de reconhecimento.

Originária dos movimentos e organizações populares e sociais, a Economia Solidária ganha crescente importância nas últimas décadas, em decorrência das transformações ocorridas nas relações de trabalho e emprego e suas consequências para os trabalhadores. A emergência da Economia Popular Solidária enquanto fonte de renda e de melhor qualidade de vida para os que sofrem os efeitos da lógica do mercado e dos processos de exclusão social vem sendo pautada na agenda de políticas públicas, ONGs, movimentos sociais, eventos em nível nacional e internacional. Por meio dela, formas inovadoras de solidariedade e práticas tradicionais de ajuda mútua são revitalizadas e reinventadas. O trabalho autogestionário é valorizado; uma proposta permanentemente educativa, que tem um significado político e, nesse processo, um aprendizado difícil, nem sempre incorporado e, em muitos casos, percebido como transitório (LIMA, 2007, p. 165-166).

Pesquisas recentes, segundo o Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, da Revista *Desafios do Mercado* (IPEA, 2008 ⁴ sinalizam queda do desemprego entre os anos 2002 - 2008 e crescimento da oferta de trabalho formal. Os dados demonstram também que esse fenômeno não ocorreu de modo homogêneo entre os diversos segmentos do mercado de trabalho analisados e constata-se uma assimetria entre os salários.

Apesar do otimismo sobre o desempenho do mercado do trabalho nos últimos anos no Brasil, para a maioria dos envolvidos nos empreendimentos solidários são mínimas as possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal. Esse público, em sua grande maioria, é composto por mulheres pobres, mães chefes de família, destituídas de qualificação profissional para o mercado de trabalho. Não se enquadra no perfil exigido

pelas empresas e, por não dispor da qualificação exigida, nem preencher os requisitos necessários para as profissões em oferta, é excluído do mercado de trabalho formal.

4.1 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

O FBES é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial (FSM) em janeiro de 2001. Nesse evento foi constituído um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT/Brasileiro), composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário. As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT/Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômico (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário/Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Da articulação desse grupo foi constituído um fórum de âmbito nacional. A realização das plenárias e a elaboração dos princípios da Economia Solidária foram decisivas para ampliar e caracterizar seu campo de ação. Faltava uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento, constituído por meio de empreendimentos de economia solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país. E assim, durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, contando com mais de 200 pessoas - entre trabalhadoras e trabalhadores de empreendimentos associativos, entidades de representação, entidades de assessoria/fomento e gestores de políticas públicas - foi aprovada e encaminhada a Carta ao Governo Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, um documento que apresentava ao futuro Governo as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

A II Plenária foi realizada em janeiro de 2003, durante o FSM, em Porto Alegre. Neste evento foi publicado e distribuído o livro: “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” para os 800 participantes, constituídos principalmente por representantes de empreendimentos, entidades de fomento e redes internacionais. A

Plenária definiu agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT/Brasileiro como promotor do processo de mobilização da Economia Solidária.

No FSM, em 2004, foi realizada a III Plenária de que participaram 900 pessoas, representantes de 17 estados e foi criada a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A SENAES foi constituída pouco antes desse evento. O FBES saiu desta III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país, tendo como fundamento a Carta de Princípios e a Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Foi realizado também, durante o III FSM, uma reunião de dezenas de representantes da América Latina, o que promoveu, por meio de seminários, encontros e feiras, a ampliação das perspectivas de integração regional do Movimento de Economia Solidária e, com isso, o trabalho de articulação com a América Latina entrou definitivamente na agenda do FBES. Além de se definir sua composição e funcionamento, foi iniciado também um processo de interlocução do FBES com a SENAES, com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. A partir daí foram criados fóruns estaduais e regionais que puderam garantir, por sua vez, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, com trabalhadores advindos de todos os estados. Esse encontro teve um total de 2.500 pessoas e aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004.

Nesse processo, a Economia Solidária foi desafiada a gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócios, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (especialmente: lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho).

Em 2006, após a realização das Conferências Estaduais, quando foram escolhidos os delegados e definidas as reivindicações e propostas, realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, no período de 26 a 29 de junho. A II Conferência Nacional de Economia Solidária aconteceu em 2010. As conferências são também espaços privilegiados de discussão, proposições e resoluções de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária.

Quanto à organização, estrutura e funcionamento, observemos os organogramas abaixo.



Figura 1: Economia Solidária

Fonte: www.fbes.org.br. Acesso em 22/08/2008.



Figura 2: Estrutura do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fonte: www.fbes.org.br, acessado em 04/03/2009.

Integram o FBES os três segmentos do campo da Economia Solidária: empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos. A articulação e a representação nacional se dão através da Coordenação Nacional. Dela participam 16 entidades e redes nacionais, além de três representantes de cada Fórum Estadual de Economia Solidária. Destes, integram a Coordenação Nacional três

representantes estaduais, sendo que dois são trabalhadores de empreendimentos (buscando contemplar o setor rural e o urbano) e um de entidade ou de rede de gestores. Para o trabalho de interlocução com movimentos sociais e instituições privadas e públicas, além de gestão política do cotidiano, existe a Coordenação Executiva Nacional, composta por 21 representantes: 10 representantes de empreendimentos das regiões do país, 10 representantes das entidades e redes nacionais e um representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Além disso, a Coordenação Executiva tem a função de acompanhar os trabalhos da Secretaria Executiva Nacional, sediada em Brasília.

Na estrutura atual das instâncias nacionais do FBES, as entidades e redes nacionais são de diferentes naturezas: há entidades e redes nacionais de representação de empreendimentos {ABCRED, ANTEAG, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário (ECOSOL), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Associação Civil Universidade Solidária (UNISOL) Brasil}; entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, FASE Nacional, IBASE, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Universitária Nacional (UNITRABALHO); redes mistas (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é uma articulação de gestores de políticas de economia solidária de prefeituras, governos estaduais e do governo federal que surgiu por iniciativa de gestores e gestoras de políticas públicas que participaram do processo de criação do FBES desde 2001. Conscientes da missão e desafio de ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária, os entrevistados apontaram para a necessidade de estimular e fortalecer a organização e participação social desse segmento nas decisões sobre as políticas públicas.

A Economia Solidária, segundo avaliação do FBES, alcançou, em parte, o reconhecimento, a visibilidade e a legitimidade necessária. Agora, caracterizar e identificar o FBES são ações prioritárias no sentido de demarcar o campo da denominada Economia Solidária. Nisso, o Mapeamento da Economia Solidária e a elaboração do Atlas da Economia Solidária no Brasil são, ao mesmo tempo, frutos da política de integração do movimento da economia solidária com o governo (Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES) e instrumentos para a qualificação do trabalho e demarcação do campo da Economia Solidária.

4.2 O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS)

O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS) é organizado pelo conjunto dos fóruns regionais. Em Minas Gerais são doze os fóruns regionais, ou seja: Fórum Regional de Economia Popular Solidária do **Sul de Minas**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária das **Vertentes**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária do **Triângulo**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária do **Vale do Mucuri**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária do **Vale do Jequitinhonha**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária do **Norte I**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária do **Norte II**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária do **Vale do Rio Doce**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária do **Noroeste I**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária do **Noroeste II**, Fórum Regional de Economia Popular Solidária da **Zona da Mata**, FEPS/RMBH. São autônomos na sua organização e integram a coordenação estadual do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Uns se organizam em microrregiões e cada microrregião tem uma coordenação; outros se organizam por movimentos sociais.

Essa articulação em fóruns regionais foi possível graças à organização que anteriormente já existia tanto no apoio e suporte dado a estes grupos, quanto na presença dos movimentos sociais e eclesiais ligados às CEBs, bem como algumas organizações ligadas às centrais sindicais como a CUT, ADS e outras organizações.

4.3 Fórum de Economia Popular Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte (FEPS/RMBH)

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte o Fórum Metropolitano de Economia Solidária (FEPS/RMBH) é um espaço permanente de representação, diálogo, articulação, discussão, proposição, troca de saberes, formação, deliberação, fomento e desenvolvimento da Economia Popular Solidária. Um movimento não institucional, que reúne entidades de apoio e fomento, gestores públicos, empreendimentos econômicos solidários e outras pessoas comprometidas com os princípios e valores da Economia Popular Solidária.

As reuniões acontecem mensalmente no Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte. Existe uma coordenação eleita pela Plenária, composta por quatro representantes de empreendimentos, um gestor público e um representante de entidade de apoio e fomento.

Seguindo o mesmo modelo de organização, nas esferas nacional, estadual, regional e local, são constituídas comissões de trabalho⁵, que organizam uma agenda e calendário de reuniões em que são deliberadas ações e estratégias comuns, com a finalidade de dar maior organicidade às bandeiras de lutas e propostas de ação. A preocupação de promover

estratégias de ação voltadas para o desenvolvimento e a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, ficou evidenciada nos depoimentos.

Nós não queremos migalhas. Queremos mudar o foco da política, queremos mudar o foco da economia, queremos mudar o foco do país. Um país que até agora trabalha numa perspectiva de desenvolvimento avassalador, com grandes obras e grandes indústrias, tem que ser questionado. Onde está o desenvolvimento endógeno defendido na década de 1960? Não é possível pensar, a partir do local, como pensar o bairro, a sobrevivência, a cultura, a economia voltada em prol da comunidade?⁶

Outra preocupação muito enfatizada foi o fomento de redes de produção, distribuição, comercialização, consumo e compras coletivas, de cooperativas e associações. A proposição de políticas públicas e espaços de comercialização que contribuam para o fomento das iniciativas de economia solidária são também metas e desafios colocados.

Como pensar o município, o Estado nesta perspectiva e mudar totalmente o paradigma de desenvolvimento? E aí também a Economia Solidária faz uma denúncia: não adianta ficar com pequenas coisas, com o discurso; é preciso fazer mudanças radicais. Repensar a economia, repensar o Estado. (...) São grandes desafios, mas também alegria em saber que o povo está se empoderando. Vendo que um outro mundo é possível e uma outra economia de fato acontece, mas que se fazem necessárias mudanças na política e também nas nossas finanças, porque da forma como o sistema financeiro está estruturado, seja no Brasil, seja no mundo, é um impeditivo para o crescimento da proposta da Economia Solidária. Ele acaba permitindo algumas migalhas, algumas concessões. A gente sabe que a política faz isso, ela cria concessões, algumas brechas onde as pessoas conseguem ter algumas participações, mas ela não faz mudança no eixo. O eixo político ainda é patriarcal, autoritário, de cima para baixo, em que uma minoria pensante pensa para uma maioria e tenta ser beneficiária desta proposta, contra a proposta de democracia. (ENTREVISTA FBES)⁷

O FEPS/RMBH, como os demais fóruns, é um espaço privilegiado de formação, articulação, organização e mobilização. Espaço reivindicatório e propositivo, onde se discute os rumos do movimento e propõe ao Poder Público políticas públicas de fomento e desenvolvimento sustentável.

5 Considerações finais

Percebe-se uma visão positiva em relação a essas iniciativas, não obstante a clareza quanto aos desafios e dilemas que a economia popular solidária apresenta. Há quem defina como um movimento de resistência para um dia fazer o enfrentamento capital e trabalho.

A participação nos fóruns, segundo os depoimentos, possibilita o fortalecimento em diversos sentidos: na formação política, na autogestão e participação. Uma articulação através da qual os participantes se organizam em redes. Esses fóruns, além de serem

espaços onde o movimento constrói suas reivindicações, são também, espaços de representação, diálogo e articulação. Espaço privilegiado onde os diversos atores se encontram para exercer a democracia, socializar experiências, deliberar sobre suas lutas, fortalecer sua articulação; espaços propícios para a troca de saberes e discussão de políticas públicas. E neste sentido a construção de estratégias que possibilitem que a economia popular solidária mais que uma política de governos se constitua enquanto política de Estado.

As experiências analisadas apontaram para a necessidade de investir no trabalho em redes de produção, beneficiamento, comercialização e consumo solidário. Abrir outros campos, a partir de novas possibilidades que estão escondidas no meio urbano, de modo que não somente apareçam a pobreza e a violência, mas saídas que apontem efetivamente para a conquista de direitos civis, políticos, sociais e econômicos e resgatem efetivamente a dívida social que há cinco séculos vem sendo sedimentada. Para isso, segundo os entrevistados, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas emancipatórias e, assim, reinventar a reprodução da vida de qualidade para este grupo tão vulnerável.

Outro fator positivo são as redes de gestores de políticas públicas, que, no caso da RMBH, integram os municípios de Belo Horizonte, Contagem, Ribeirão das Neves e Nova Lima e possibilitam a ampliação do campo de atuação do Fórum Metropolitano. A organização em redes ultrapassa os limites de gestão municipal, levando benefícios para outros municípios. Os agentes mediadores têm buscado cumprir esse papel, mas compreendem que cabe também à sociedade civil discutir estratégias de superação do desemprego, sem enfraquecer o debate ou simplificar o problema; e, neste debate, fugir, ainda, do risco de “re-filantropizar” a pobreza e/ou eximir o Estado de sua responsabilidade.

Ficou evidenciada nos depoimentos a queixa de que existem políticas públicas para micro, pequenas e grandes empresas, mas quando se pensa na Economia Popular Solidária, as políticas públicas são focadas. Segundo os entrevistados, a SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária, provoca algumas ações, apoia alguns projetos, mas efetivamente não corresponde à necessidade real dos empreendimentos. Quanto aos recursos, grande parte vem de instâncias do governo federal. Foi destacado também que os governos não dialogam com seus pares, as iniciativas não são assumidas como política pública e os projetos desenvolvidos pelas entidades de apoio e fomento não oferecem garantia de continuidade.

A participação dos agentes mediadores e integrantes dos empreendimentos solidários nos fóruns e nas comissões de trabalho foi muito destacada nos depoimentos. Percebe-se também que a ação indutora das iniciativas nos fóruns de economia solidária possibilita a construção de novos laços, marcados pela experiência do trabalho comunitário

e coletivo, bem como a proposta originária dos centros públicos serem espaços de construção de políticas públicas. São também lugar de participação política e formação pedagógica.

6 Referências

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2006, p. 30-45.

ARRUDA, Marcos. **Globalização e Sociedade Civil**: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Rio de Janeiro: PACS. 1996.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Rio de Janeiro: Vozes. 2006.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez. 2007.

BERTUCCI, Ademar de A; MARINHO, Roberto. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC's à EPS. Brasília: Cáritas. 2003.

BOGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. **A cidade dos extremos**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 20-24 de setembro de 2004. Disponível em: http://vvv.abep.nepo.unicamp.br/site-eventos-abep/pdf/ABEP2004_86.pdf

BOGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. São Paulo e suas favelas. **Revista de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo**. São Paulo: FAUUSP, jun.2006, 26 pg.

BRASIL. MTE, SENAES. **ES como estratégia e política de desenvolvimento**. In: I Conferência Nacional de Economia Solidária. Jun. 2006. Brasília: SENAES.

BRONZO, Carla. **Território como categoria de análise e como unidade de intervenção nas políticas públicas**. In: FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**. São Paulo: UNICAMP, n.14 jul. 2000, p. 153-175.

CAMPOS, Ginez Leopoldo. R. Cooperativismo de Trabalho e Flexibilização Produtiva: quando estar juntos transforma-se em uma estratégia perversa de exclusão social. **Cadernos do CRH**. Salvador/ BA. v. 17, n.41, p. 269-280. 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Vozes: Petrópolis. 1998.

CATTANI, Antônio D. A. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz. 2003, p. 9-15.

CATTANI, A. D. Crítica da Economia Solidária. **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, v. 96, n. 6, nov/dez 2002, p. 10-21.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. **Eure-**Revista Latinoamericana de Estudios Urbano-Regionales. Santiago de Chile, v. 23, n. 95, maio 2006, p. 5-20.

CARVALHO, José Murilo de. Brasileiro: cidadão? In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG. 1999, p. 275-288.

CARVALHO, J. M. **Cidadania**: tipos e percursos. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 9, n. 18. 1996, p. 337-359.

CORRAGIO, JOSÉ. O que significa passar da Economia Popular à Economia do trabalho. **Revista Proposta**, n. 72, p. 30-38. 1997b. Disponível em <http://www.fronesis.org.br>

DUPAS, Gilberto. As várias dimensões da exclusão social e da pobreza. In: DUPAS, Gilberto (Org.). **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 13-38.

ESPING-ANDERSEN. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova. Revista de Cultura Política, n. 24. São Paulo: CEDEC, set. 1991, p.85-116.

FERREIRA, Cândido Guerra. **BH Século XXI**: A Economia Popular Solidária em Belo Horizonte. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 2004. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/texto_para_discussao.php.

FERREIRA, Cândido Guerra. **Fordismo, sua crise e o caso brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 1993, 32p. (Texto para discussão nº 65).

FERREIRA, Cândido Guerra; BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A economia popular solidária em Belo Horizonte**: um estudo explanatório. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 2005.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS. 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos do CRH**. Salvador/BA, v. 39, n. 39, p. 181-211. 2003. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentido e possibilidades da economia hoje. In: Beatriz Costa; Gabriel Kraychete; Francisco Lara. (Org.). **Economia dos Setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes. 2000b, p. 167-198.

GUARESCHI, Pedrinho. **Pressupostos psicossociais da exclusão**: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, A Bader (Org.) As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p.1-18

HEILBORN, M^a Luíza. **Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil**. In. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992, p. 93-126.

IPEA. Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise. **Revista Desafios do Mercado**. Brasília/DF, n. 36, Ago 2008, p.9.

KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Carlos. **Marco Conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades**. Santiago de Chile: CEPAL. abr. 1999, p. 7-25.

KAZTMAN, Ruben. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos**. Santiago de Chile: CEPAL, n. 75. Dec. 2001, p. 171-179.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. 2000, p. 1-19. Disponível em: <http://www.caritasbrasileira.org/textos/populares.pdf>

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, Genauto de Carvalho. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS. 2004.

LAVILLE, Jean-Louis; *et al.* **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS. 2006.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, v.4, n.1. p.25-59, jun. 2002.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem. 2002.

LIMA, J. C. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: LIMA, Jacob C. (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume. 2007, p. 127-169.

LOBO, Elisabeth Souza. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992, p.252-265.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais**. 2 ed. Petrópolis:Vozes. 2002.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social. In: MARSHALL, T. H. (Org.). **Cidadania, Classe Social e Estado**. Rio de Janeiro: Zahar. 1967, p.51-114.

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.89-122.

MATOS, C. A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Perseu Abramo. Rio de Janeiro:FASE, 2004, p.157-196.

MATOS, Marlise. Políticas públicas para as mulheres: um desafio à nossa institucionalidade de Estado. **Revista Pensar BH/Política Social**. Belo Horizonte, n 20, mar. 2008, p. 15-17. (Trimestral).

MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. N. 66. Santiago de Chile: CEPAL, jun. 2005, 79 pg.

MENDONÇA, Jupira de. Belo Horizonte a metrópole segregada. In: MENDONÇA, Jupira de; GODINHO, M^a Helena de Lacerda (Org.) **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUC Minas. 2003, p.119-158.

MENDONÇA, Jupira de. Estrutura socioespacial da RMBH nos anos 2000: há algo de novo? In: ANDRADE, L.; MENDONÇA, J.; FARIA, C. A. **Região metropolitana de Belo Horizonte: dinâmicas socioespaciais e processos políticos**. Observatório das Metrôpoles, PUC Minas (No prelo).

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. **O que é urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 2006.

NEVES, Magda de Almeida. As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: Zeballos, E. ; Tavares do Santos, J.; Figueredo, D. (Org.). **América Latina: Hacia una nueva alternativa de desarrollo**. Arequipa - Peru: Unsa. 2004, p. 186-199.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel. (Org.). 34 ed. **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. São Paulo: 34. 2000, p. 171-185.

OLIVEIRA, Francisco. **As contradições do Ao: Globalização, Nação, Região, Metropolização**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 2004.

POCHMAN, Márcio. O mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, Regina Maria e NETO; Carvalho Antonio (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: PUC Minas/IRT, 1999, p. 13-30.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Lícia. A desigualdade entre os pobres – favelas, favelas. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 459-487.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Metrôpole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Perseu Abramo. Rio de Janeiro: FASE, 2004, p.157-196.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Eure-** Revista Latinoamericana de Estudios Urbano-Regionales. Vol. XXIX, n. 88. Santiago de Chile. Dec. 2003, p.79-95.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **O Desafio das Metrôpoles**. Le Monde Diplomatique Brasil, n. 13, v. 1, ago. 2008, p. 12-13,

ROBERTS, Bryan R. A Dimensão Social da Cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.33, fev. 1997, 19 pg.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROLNIK, Raquel. **A lógica da desordem**. Le Monde Diplomatique Brasil, n. 13, v. 1, ago. 2008, p. 10-11.

ROSENFELD, Cínara Lerrer. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. In. LIMA, Jacob Carlos (Org.) **Ligações Perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume. 2007, p.93-126

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002, p. 1-49.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.) **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, p.13-25.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez. 1997.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed., São Paulo: USP. 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12 ed., Rio de Janeiro: Record. 2005.

SAWAIA, A Bader (Org.) **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

SILVA, M^a Ozanira da Silva e; YAZBEK, M^a Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2006.

SILVA, M^a Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**, Dissertação Brasília: UnB, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2006.

SOUZA, André (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a, p. 11-28.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo. 2002.

SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992, p.15-23.

SOUKI, Léa Guimarães. A Atualidade de T H Marshall no estudo da cidadania no Brasil. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 6. n.1. jan-jun. 2006, p. 39-58.

WIRT, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 90-113.

¹ Professora da Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, CBH/UEMG.

² Gestores públicos participantes: Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte; Centro Público de Economia Solidária de Contagem; Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, da PBH – COMDIM/PBH; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais (DRT-MG), órgão relacionado ao Ministério do Trabalho e Emprego; Diretoria de Promoção do Associativismo, ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (DPA-SEDESE). Entidades de apoio e fomento entrevistadas: a Ação Pastoral da Arquidiocese de Belo Horizonte (ASPA), a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, o Instituto Marista de Solidariedade (IMS) e o Movimento do Graal do Brasil.

³ CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. **Eure-** Revista Latinoamericana de Estudios Urbano-Regionales. Santiago de Chile, v. 23, n. 95, maio 2006, p. 5-20.

⁴ Disponível em www.ipea.gov.br/default.jsp. Acesso em 28ago.2008.

⁵ São seis as comissões de trabalho constituídas e são as seguintes: marco legal; formação; comunicação; finanças solidárias; redes de produção; comercialização e consumo; gestão e sustentabilidade e organização interna.

⁶ Entrevista concedida em 24/07/2008.

⁷ Entrevista concedida em 24/07/2008.